



**ACÓRDÃO Nº844/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11387/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Walfrido de Oliveira Silva Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4512/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Superintendência Estadual de Navegação, Portos e  
Hidrovias - SNPH. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Determinação.  
Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto**, nos termos dos arts. 22, III e art. 25, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Walfrido de Oliveira Silva Neto**, Diretor-Presidente da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH, exercício de 2016, no valor de **R\$ 15,000.00** (quinze mil reais), com fulcro no art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002, alterada pela Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, pelas impropriedades relatadas nos itens III, IV, V e VI da proposta de voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



**ACÓRDÃO Nº844/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Determinar** a instauração de **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02;

**10.4. Determinar à atual gestão da SNPH que:**

**10.4.1. Tome imediatas providências** no sentido do **cumprimento** integral da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), especialmente do art. 8º, caput, e §§ 1º e 2º, sob pena de aplicação da multa prevista no art.54,II, da Lei 2.423/1996;

**10.4.2. Apresente**, nas prestações de contas subsequentes, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, no contexto das notas explicativas às demonstrações contábeis, notas explicativas específicas em relação ao balanço orçamentário - em caso de déficit de previsão e execução, diferença material entre os valores previstos e realizados, etc. - à luz das seguintes normas:

1) NBC TSP Estrutura Conceitual, itens 8.23, 8.24, 8.43 e 8.61;  
2) NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, itens 1, 14 e 6;  
3) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª edição): parte V, item 2.3. Balanço Orçamentário/Notas Explicativas e Item 8/Notas Explicativas às DCASP;

**10.4.3. Evidencie** no Balanço Financeiro, nas prestações de contas subsequentes, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, as entregas de numerário aos servidores e as respectivas prestações de contas, oriundas do adiantamento previsto no art. 68 da Lei 4.320/64, a título de recebimentos e pagamentos extraorçamentários, cuja origem são os registros contábeis na classe 1/Ativo do plano de contas nacional, à luz das seguintes normas:

1) Art. 103 da Lei 4.320/64;  
2) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª edição): parte V, item 3.2. Balanço Financeiro/Elaboração;

**10.4.4. Corrija** de imediato os procedimentos contábeis relacionados às entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, sob pena de aplicação das sanções legais, nos seguintes termos:

1) Todas as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa devem ser contabilizadas tempestivamente (no momento do saque ou do



**ACÓRDÃO Nº844/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

depósito bancário), independentemente de suas naturezas, em obediência ao princípio da transparência, aos arts. 83, 85 e 89 da Lei 4.320/64 e às normas contábeis, especialmente NBC TSP Estrutura Conceitual (itens 3.10 a 3.16) e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (itens 76/d e 88/i);

2) As ordens bancárias de pagamentos só devem ser contabilizadas quando houver o efetivo pagamento (envio da ordem bancária à instituição financeira ou entrega do cheque ao beneficiário), evitando assim, a baixa contábil de valores em Caixa e em Passivo, sem a efetiva ocorrência da mutação patrimonial, em obediência ao princípio da transparência, aos arts. 83, 85 e 89 da Lei 4.320/64 e às normas contábeis, especialmente NBC TSP Estrutura Conceitual (itens 3.10 a 3.16) e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (itens 76/d e 88/i);

3) As ordens bancárias de recebimento só devem ser contabilizadas quando houver o efetivo depósito em conta bancária da SNPH, evitando a criação de uma disponibilidade fictícia, em obediência ao princípio da transparência, aos arts. 83, 85 e 89 da Lei 4.320/64 e às normas contábeis, especialmente NBC TSP Estrutura Conceitual (itens 3.10 a 3.16) e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (itens 76/d e 88/i);

**10.4.5. Tome** providências no sentido de que o balanço patrimonial seja elaborado e apresentado conforme padrão estabelecido no Anexo 14 da Lei n.º 4.320/64, atualizado pela Portaria STN n.º 749/2009, e no MCASP, edição vigente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

**10.4.6. Tome** imediatas providências no sentido seja feito o inventário físico-financeiro dos bens do ativo imobilizado, com periodicidade anual, com o objetivo também de compatibilizar os saldos contábeis com a informação extracontábil, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/1996;

**10.4.7. Reavalie** a classificação contábil dos valores pertinentes aos bloqueios judiciais, à luz das normas contábeis, especialmente dos critérios de classificação no ativo circulante e ativo realizável a longo prazo, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 54, II, da Lei 2.423/1996;

**10.4.8. Tome** imediatas e efetivas providências para a regularização dos valores contabilizados em conta de Ativo, a título de “Bloqueios Judiciais”, de modo que as informações contábeis reflitam a realidade patrimonial da SNPH, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 54, II, da Lei 2.423/1996;



**ACÓRDÃO Nº844/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4.9. Tome** imediatas e efetivas providências no sentido da realização de concurso público para procurador, contador e outros cargos, conforme a necessidade, em cumprimento ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de aplicação multa prevista no art. 54, II da Lei 2.423/96;

**10.5. Determinar** à próxima **Comissão de Inspeção** que analise se foram adotadas as medidas saneadoras das restrições constantes nos itens IV e VIII, no momento de realização da próxima auditoria *in loco*;

**10.6. Recomendar** à Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual, quando da próxima inspeção *in loco*, apure as questões relativas ao controle interno (impropriedades I e II) no âmbito da Prestação de Contas da Controladoria Geral do Estado – CGE.

**11- Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Setembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral